

ELETROSUL

Política de Operação coloca Eletrosul na contramão das ações do Governo

Os sindicatos que compõem a Intersul há tempos vêm alertando a diretoria da Eletrosul sobre os riscos provocados pela agressividade da empresa na desassistência de subestações. Os sinais de que as preocupações da Intersul se justificam estão agora mais visíveis no momento em que várias ocorrências de apagões no sistema de transmissão pelo Brasil afóra tem sido noticiadas na mídia nacional. Leia abaixo matéria extraída do Jornal "O Estado de S. Paulo":

Governo quer fiscalização mais rígida nas elétricas

O governo vai rever procedimentos e aprimorar a fiscalização das subestações do sistema de transmissão de energia elétrica para evitar que apagões como os que atingiram o País nos últimos quatro meses do ano voltem a ocorrer. As mudanças, resultado da operação pente-fino, vão deixar mais claras as responsabilidades das empresas e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), cobrar relatórios mais objetivos, resolver problemas de comunicação entre os sistemas das companhias e exigir equipes 24 horas por dia nas subestações mais importantes.

"Verificar da forma como fazíamos não impediu que houvesse um problema no sistema. Então, vamos incluir determinadas rotinas no processo de fiscalização", afirmou o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hubner.

Tanto as companhias quanto o ONS terão de enviar relatórios regulares à Aneel com informações detalhadas sobre a forma como as subestações e linhas são mantidas. Segundo o diretor-geral da Aneel, o objetivo é dar mais inteligência à fiscalização, com relatórios mais objetivos. Os primeiros resultados da operação pente-fino no setor de transmissão de energia elétrica após os apagões dos meses de setembro e ou-

tubro apontam para uma falha de comunicação entre os sistemas de proteção utilizados por diferentes companhias. "Todas as ocorrências recentes que tivemos foram por problemas de proteção", admitiu Hubner.

Outra constatação da operação pente-fino foi que algumas atividades deixaram de ser feitas porque os procedimentos de rede não deixavam claro se a atribuição era das concessionárias ou do ONS. Segundo Hubner, esses procedimentos serão revistos para diferenciar uma proteção sistêmica - responsabilidade do ONS - de uma proteção simples - incumbência das empresas.

O governo também vai passar a exigir das concessionárias que tenham equipes 24 horas por dia nas instalações prioritárias. Segundo Hubner, como algumas subestações operam linhas de até sete empresas diferentes, há companhias que optam por fazer um monitoramento teleassistido.

"Temos duas alternativas: ou as concessionárias entram num acordo e colocam uma equipe responsável por tudo e repartem os custos operacionais, ou colocam uma equipe própria", afirmou. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo. (AE)

Ministério Público do Trabalho propõe revisão da Política de Operação da Eletrosul

Provocado pelo pedido de mediação feito pelos sindicatos da Intersul, o MPT de Florianópolis convocou diversas vezes os representantes da Eletrosul e das entidades sindicais para prestar esclarecimentos sobre a política de operação da empresa. Na última audiência ocorrida dia 07 de janeiro de 2013, o MPT sugeriu um TAC – Termo de Ajuste de Conduta a ser celebrado entre a empresa e os sindicatos da Intersul com a finalidade de rever a política de operação de maneira a reduzir o acúmulo de carga de trabalho dos operadores da Eletrosul por meio do aumento do efetivo dos quadros de operação e da diminuição do número de unidades desassistidas. Esta saída já vem sendo apontada pelos sindicatos da Intersul desde o início das discussões da Política de Operação da Eletrosul e foi apresentada ao MPT pelas entidades sindicais juntamente com o relatório das condições de trabalho e psicossociais dos operadores. O relatório foi elaborado a partir do trabalho realizado em todas as subestações por uma psicóloga contratada pelos sindicatos. O relatório também foi encaminhado para a Eletrosul. O MPT deu um prazo de quinze dias para que a Eletrosul se pronuncie sobre as propostas apresentadas pelos sindicatos da Intersul. A expectativa dos sindicatos agora, é que a empresa tenha percebido que a política de operação em implantação vai à contramão da necessidade do país, conforme já percebeu o Governo Federal, a ANEEL e conforme tem alertado insistentemente as entidades que compõem a Intersul.



Trabalhadores elegem novo Diretor Comercial

Os trabalhadores da Celesc elegeram no dia 21 de dezembro de 2012 o novo diretor Comercial da empresa. Com 1202 votos, Eduardo Cesconeto foi o escolhido para representar os trabalhadores à frente de uma das mais importantes diretorias da Celesc. Mesmo com todas as ameaças que o processo eleitoral sofreu, inclusive com a declarada intenção do então presidente da Celesc, Antônio Gavazzoni, de não realizar a eleição, o direito dos trabalhadores foi assegurado através do comprometimento da categoria e da luta dos sindicatos da Intercel.

A verdade é que, mesmo com todas as críticas que possamos fazer à forma e algumas ações isoladas no caminho, o processo eleitoral foi um sucesso. O resultado das urnas prevaleceu e o Diretor foi eleito pelos trabalhadores. Saindo de um momento onde o pleito não aconteceria, a união da categoria com os sindicatos da Intercel na defesa dos direitos dos trabalhadores foi preponderante para mantermos a eleição de um companheiro para gerir a DCL. Mais do que manter direitos, a ideologia dessa representação é o reconhecimento e valorização do corpo funcional da Celesc, altamente capacitado e comprometido com a empresa pública, com seus clientes e com o desenvolvimento de Santa Catarina.

Tendo em mente essa ideologia e o histórico de lutas dos sindicatos da Intercel em defesa da Celesc pública e de seus trabalhadores, o candidato eleito, Eduardo Cesconeto foi procurado pelo Linha Viva para uma conversa sobre o futuro da Diretoria e os compromissos da sua gestão com pontos que consideramos fundamentais para a Celesc pública e a DCL eficiente.



Entrevista com o Diretor eleito

TERCEIRIZAÇÃO - Segundo Cesconeto, a intenção é seguir o definido pelo GT da Força de Trabalho para os cargos operacionais (já concluído) e para os cargos técnicos/engenheiros (em andamento), do qual participa nomeado pela empresa. Em suas palavras aquele trabalho foi *"perfeito"*. afirmou que a ideia é defender a contratação dos 260 eletricitistas definidos pelo GT. Entende que os procedimentos de corte/religação nas Agências Regionais maiores poderão permanecer terceirizados, mas defendeu a internalização das atividades de Ligações novas, que, segundo ele, *"podem ser executadas com pessoal próprio, ou seja, com eletricitistas multitarifa, unificada a comercial com COD"*. afirmou também que esta proposta necessita ser consolidada com os Gerentes Comerciais e com os Chefes de Agência, para que o processo avance.

PRESEÇA TOTAL – A Intercel apresentou ao Diretor eleito um breve histórico da implantação do projeto intitulado Presença Total, que terceirizou boa parte dos novos postos de trabalho abertos para o atendimento presencial no Estado. Apesar do Presença Total não ter sido uma ideia do Diretor anterior, mas uma adequação normatizada pela Aneel, através da Resolução 414, a crítica feita ao programa foi que poderíamos buscar alternativas à terceirização, como o exemplo da Copel, que desmembrou o PCS e contratou pessoal com jornada reduzida de trabalho. Cesconeto entende que é preciso *"olhar contratos de 4 horas, ou outras formas"*. Segundo ele, as decisões tomadas pela atual Diretoria Comercial foram pautadas pela praticidade. *"É mais prático terceirizar. Mas, entregar a carteira de clientes que a gente tem para um terceiro, que na verdade é o nosso bem mais precioso, que são as informações do nosso cliente, entregar a uma pessoa que está ali sem vínculo (com a Celesc) que pode estar por um mês por dois meses, três, é complicado. A área de atendimento é complicada. É claro que não tem fórmula mágica para isso. Precisamos estudar, sentar, ver. Mas vamos batalhar (para a contratação)"*. afirmou que é um processo que precisa ser entendido e que para a elaboração de um projeto para contratação de Assistentes Administrativos é necessário estudo. Essa discussão também passa pela otimização dos processos da área comercial onde, segundo o diretor eleito, será preciso, da mesma forma que foi feito para os técnicos, para os engenheiros, para os eletricitistas, realizar um estudo da força de trabalho da área comercial. *"Sei que já foi feito um trabalho, sobre o que pode e o que não pode ser terceirizado, mas tem que ser algumas coisas mais pautadas tecnicamente nas tarefas, começar de baixo para cima, das micro atividades até as macro e com isso mapear os processos. Com isso podemos conseguir subsídios para uma contratação efetiva"*, afirmou.

GESTÃO PARTICIPATIVA – A Intercel apresentou um quadro ao Diretor eleito nada animador. Durante as últimas gestões da DCL, os sindicatos da Intercel não foram convidados a debater os processos tocados pela Diretoria. Salvo a participação nos GT oriundos dos Acordos Coletivos, muitos dos trabalhos que poderiam ser debatidos exaustivamente em busca de melhorias acabaram sofrendo críticas exatamente pela falta de trabalho em conjunto. Segundo Cesconeto, a ideia é envolver sindicatos e trabalhadores nos debates. *"O trabalho a várias mãos é muito mais fácil. Queremos trabalhar junto para encurtar caminhos, já que não temos nem tempo, nem gente. Nesse ponto o sindicato é muito importante para mim. A porta vai estar sempre aberta. É assim que vamos trabalhar"*, afirmou.

ACT E HORÁRIO ESPECIAL DE ATENDIMENTO COMERCIAL - Sobre a postura de sua gestão em relação ao Acordo Coletivo de Trabalho, Cesconeto afirmou que o *"ACT é muito pontual, mas o que a gente tem, precisamos manter. E tentar avançar"*. Um dos pontos de maior conflito no ACT foi a implementação do Horário Especial de atendimento Comercial, que sofreu diversas críticas e tentativas de boicotes por alguns Administradores Regionais. Cesconeto continuou dizendo *"também tem que manter, mas é uma coisa que temos que fazer avaliação. Eu sou a favor do horário de 6 horas. Acho que a carga do atendente é muito pesada para 8 horas, e as 6 horas são muito mais produtivas do que 8 com 2 horas de intervalo"*. Cesconeto também afirmou que acredita ser necessário rediscutir o benefício: *"essa parte do horário de 6 horas a gente tem que sentar e fazer a rediscussão, por que tem lugar que não tem gente. Temos que achar uma viabilidade, nós temos que ter alguns pontos chaves e discutir. Vamos sentar, vamos discutir, quais as arestas que temos que aparar, no que podemos ajudar. São coisas que temos que pautar para que funcione. Essa discussão também tem que ser feita junto à Aneel, para ela estabelecer o horário comercial de 6 horas"*.

COMPOSIÇÃO DA EQUIPE - Questionado sobre como será a composição da DCL, Cesconeto afirmou que *"a equipe será pautada em cima da gestão do conhecimento. Não vai ter ninguém nomeado na nossa diretoria que não conheça do assunto. Agora é sabido que a DCL está com deficiência de pessoal. Cada pedra que você mexe é uma lacuna que abre. Tem muita gente boa na comercial. Nós não vamos entrar e fazer uma limpa, sair todo mundo. Vamos entrar, discutir processos, o que está certo vamos manter e o que está errado vamos corrigir."*

CALL CENTER - Sobre as dificuldades com o Call Center, Cesconeto foi categórico ao criticar a atual estrutura *"(hoje) é o Caos Center. Pode escrever ai."* afirmou que *"de imediato a Diretoria (colegiada) tomou a decisão muito acertada de que, a partir de 9 de janeiro, teremos mais 40 atendentes, da mesma empresa, no Rio de Janeiro. Não é o ideal, mas nós precisamos de alguém que atenda o telefone. Num segundo momento, precisamos reconceber o Call Center, a forma de fazer. O ideal seria que fosse tudo pessoal nosso, mas isso é difícil. Precisamos avançar na situação. A Cemig, a Coelce, por exemplo, tem muitas outras formas de comunicação com o cliente"*. Questionado sobre um Call Center regionalizado Cesconeto afirmou que *"O Call Center da Nike, que é uma empresa americana é na Índia. Acho que para a Celesc tanto faz. Eu defendo que seja no Estado por conta da geração de emprego, de renda, de impostos que fiquem no nosso Estado. Agora, se não for possível, para a Celesc, somente como empresa, basta que tenha gente para atender, que saibam os procedimentos, que fale português e que encaminhem adequadamente os nossos clientes. Aonde é não se sabe. A proposta atual é que seja em Lages. Se der certo em Lages, vamos manter em Lages"*.

CELESC PÚBLICA - Questionado sobre a maior bandeira de luta dos eletricitários catarinenses, o diretor eleito defende uma *"Celesc pública sempre e competitiva, avançando, não tenha dúvida. Eu entrei na Celesc e quero me aposentar aqui"*.

Setor elétrico permanece em evidência no início de 2013

O setor elétrico brasileiro que foi alvo de muita notícia, disputa e polêmica no segundo semestre de 2012, a partir da edição da MP 579 (renovação das concessões), continua em evidência nos primeiros dias de 2013. Um bombardeio de matérias ocupa grande espaço na mídia nacional, enfocando vários aspectos do setor. As notícias vão desde a ameaça de racionamento de energia à queda das ações da Eletrobras na Bolsa de Valores. Destacam também a redução de receitas das empresas estatais, o corte de despesas e a necessidade de investimentos para que o setor possa continuar se expandindo e atendendo a demanda de energia necessária para o desenvolvimento socioeconômico do país. Isso tudo ensejou uma reunião da presidenta Dilma com órgãos e gestores do setor no dia de ontem (quarta-feira).

O grande problema é que os gestores ainda não perceberam o melhor caminho para as soluções. Não existe fórmula mágica: Sem dinheiro, não há investimento; sem investimento, não há crescimento do setor; sem crescimento do setor elétrico, não há desenvolvimento do país; sem desenvolvimento do país, não há

geração de emprego e renda; sem geração de emprego e renda, não há inclusão social; sem inclusão social, a máxima do governo federal "Um país rico é um país sem miséria" não se concretizará.

Ou seja, não basta que os dirigentes das empresas estatais se esmerem em reduzir gastos. Cada um parece querer mostrar mais serviço que o outro, talvez até para preservarem seus cargos. A velha e surrada fórmula de atacar os custos de pessoal, reaparece agora como uma grande novidade. Sejamos honestos, a raiz do problema não está aí. É preciso saber com clareza, que papel o governo Dilma reserva para as empresas do grupo Eletrobras. A quem caberá de fato ser o propulsor para o crescimento do setor elétrico brasileiro. Quem tem mais condições de atender a demanda de energia e propiciar uma tarifa mais acessível à população em geral e não só aos grandes grupos econômicos, o setor privado? Os mesmos que se apropriaram do patrimônio do povo brasileiro, através das privatizações, e deu no que deu? Os especuladores, travestidos de eficientes empresários? Recentemente uma revista de economia noticiou que, das doze

empresas que mais distribuíram dividendos, ou seja, dinheiro para a conta do acionista (muitos dos quais fora do Brasil), nove são do setor elétrico. É esse modelo, que transfere renda do público (população) para o privado (bolsos de alguns), que ajudará o país a suplantar a crise? É esse modelo que propiciará de fato desenvolver o país em benefício de seu povo?

São essas questões mais profundas, no entendimento das entidades que compõem a Intersul, que devem ocupar o debate e ser motivo de decisão nas direções e nos conselhos de administração das empresas do grupo Eletrobras. Os questionamentos devem ser feitos e as pressões devem recair sobre o governo federal que deixou as estatais numa "saia justa". Reduzir tarifas sim, mas desmantelar as empresas estatais não! Reduzir tarifas sim, mas reduzir empregos e retirar direitos dos trabalhadores não! O propalado fortalecimento do grupo com a chamada "nova" Eletrobras tem que sair do campo da retórica. E, mais uma vez, é necessário o esforço de todos para que os que efetivamente produzem a riqueza - os trabalhadores, não paguem a conta.

Celesc terá novo presidente em 2013

A Celesc terá um novo presidente em 2013. Após dois anos à frente da empresa, Antonio Gavazzoni, volta à Secretaria da Fazenda, enquanto Cleverson Siewert, atual diretor técnico da Celesc, deve ser seu sucessor na presidência da empresa. Para os sindicatos que compõem a Intercel, a gestão de Gavazzoni aconteceu em um período marcado pela luta intensa em defesa dos direitos dos trabalhadores, mas também pelo avanço em várias reivindicações da categoria.

Outro ponto considerado importante para a continuação do trabalho realizado até aqui é a permanência da equipe que veio com Gavazzoni para a Celesc. Inúmeras vezes a sucessão da presidência e a substituição de diretorias pararam trabalhos e prejudicou o planejamento e condução da empresa. Neste ponto, a provável condução de Cleverson Siewert à presidência da Celesc deve manter o atual fluxo de trabalho e o diálogo com os sindicatos da Intercel. Entretanto a vacância da diretoria técnica é de grande preocupação para os trabalhadores e para as entidades sindicais. Sendo a maior diretoria da empresa e, conduzindo debates de grande importância, como o Plano de Ação de Saúde e Segurança do Trabalhador, a Diretoria deve ser recomposta com a maior brevidade, levando em consideração a capacitação e competência para conduzir os debates. Os sindicatos da Intercel sempre manifestaram e permanecem defendendo que o corpo funcional da Celesc dispõe de trabalhadores capacitados e compromissados para gerir a empresa e, portanto, a solução para a diretoria pode estar no próprio quadro funcional da empresa. Porém, reafirmamos que essa é uma excelente oportunidade para que não se pare no tempo ou retroceda a um quadro recente de insuficiência de Gestão comprovada. Oficialmente a mudança na presidência e Diretoria deverá ser efetuada na primeira reunião do Conselho de Administração de 2013, marcada para dia 17 de janeiro.



SETOR ELÉTRICO

FNU condena declarações do governo divulgadas na mídia

A Federação Nacional dos Urbanitários divulgou dia 08 de janeiro um boletim em que critica declarações da presidenta Dilma. Estas declarações, segundo a FNU, sugerem que os trabalhadores são os responsáveis pelas crises no abastecimento de energia e apagões ocorridos no país recentemente. Destacamos abaixo, trecho do boletim:

“Trabalhadores (as) do sistema elétrico não são culpados pela crise no setor”

“Governo Dilma precisa investir nas empresas estatais, cobrar eficiência no setor privado e valorizar a categoria”

“As recentes declarações na mídia da presidenta Dilma sobre os constantes problemas no fornecimento de energia em várias regiões do país mostraram que para ela só existe um culpado: o (a) trabalhador (a) do setor elétrico. A Federação Nacional dos Urbanitários vem a público rebater essas afirmações e dizer que os(as) trabalhadores(as) do setor são profissionais altamente qualificados, com total capacidade de controlar, manter e expandir os serviços de energia. Essa qualificação se apresenta até mesmo no exterior onde são requisitados para participar de vários empreendimentos de grande porte. Seria mais honesto por parte do Governo apontar para imprensa os problemas de gestão nas empresas privadas e estatais. No setor privado a terceirização sem limites deixa os (as) trabalhadores (as) sem condições ideais de trabalho. Os operadores vêm sendo reduzidos a números preocupantes, em muitos casos estações ficam sem o trabalhador especializado, o controle é feito a distância em outro Estado. Ou seja, um descaso total que se cristaliza no momento de uma pane que atinge diretamente à população.”

“A FNU repudia a posição do Governo em culpar os (as) trabalhadores (as) pelos problemas enfrentados pelo setor energia, e convoca a sociedade e o governo para um debate amplo sobre o setor, discutindo temas como a MP 579, a falta de investimentos nas empresas públicas/ privadas e a valorização dos (as) trabalhadores (as) do setor. Somente dessa forma será possível apontar saídas verdadeiras e impedir que se aprofunde a crise em um setor que é vital para manutenção do crescimento econômico e social do país”.

Veja o boletim da FNU na íntegra no site da Intersul (www.intersul.gov.br), e veja também a carta aberta encaminhada para a presidenta Dilma, na qual a FNU defende a manutenção da emenda aprovada no Plenário da Câmara e do Senado, ao Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 579, que acrescenta às condições para renovação das concessões do setor elétrico, a adoção de padrões de segurança no trabalho a serem definidos pela Aneel, com base na legislação vigente.

SOCIEDADE

A PRIVATARIA EM CURSO



O termo privataria foi cunhado por um grande jornalista brasileiro, Elio Gaspari, e popularizado por um dos mais brilhantes jornalistas investigativos do Brasil, Amaury Ribeiro Jr. O livro deste último “A Privataria Tucana” (São Paulo, Geração Editorial 2011), um best-seller, relata com grande solidez documental, o processo ruinoso das privatizações levado a cabo no Brasil durante a década de 1990.

A investigação, que durou dez anos, não só denuncia a “selvageria neoliberal dos anos 90” que dizimou o patrimônio público brasileiro, deixando o país mais pobre e os ricos mais ricos, como também estabelece de forma convincente a conexão entre a onda privatizante e a abertura de contas sigilosas e de empresas de fachada nos paraísos fiscais das Caraíbas onde se lava o dinheiro sujo da corrupção, das comissões e propinas ilegais arrecadadas pelos intermediários e facilitadores dos negócios.

Aconselho a leitura do livro aos portugueses que não se conformam com o discurso do “interesse nacional” para legitimar a dilapidação da riqueza nacional em curso, a todos os dirigentes políticos que se sentem perplexos perante a rapidez e a opacidade com que as privatizações ocorrem e aos magistrados do Ministério Público e investigadores da PJ por suspeitar que vão ter muito trabalho pela frente se tiverem meios e coragem.

As privatizações não são necessariamente privataria. São-no quando os interesses nacionais são dolosamente prejudicados para permitir o enriquecimento ilícito daqueles que, em posições de mando ou de favorecimento político, comandam ou influenciam as negociações e as decisões em favor de interesses privados. As privatizações não têm nada a ver com racionalidade econômica. São o resultado de opções ideológicas servidas por discursos que escondem as suas verdadeiras motivações. No Brasil, o discurso foi o de transformar as privatizações numa “condição para o país entrar na modernidade”. Em Portugal, o discurso é o do interesse nacional, tutelado pela troika, em reduzir a dívida e ganhar competitividade. Em ambos os países, a motivação real é criar novas áreas de acumulação e lucro para o capital. No caso português isso passa pela destruição tanto do sector empresarial do estado como do estado social.

No último caso sobretudo, trata-se de uma opção ideológica de quem usa a crise para impor medidas que nunca poderia legitimar por via eleitoral. Para termos uma ideia da carga ideológica por detrás das privatizações, supostamente necessárias para reduzir a dívida pública, basta ler o orçamento de 2013: a receita total das privatizações, de 2011 a 2013, será de 3,7 bilhões de euros, ou seja, menos de 2% da dívida pública...

A privataria tende a ocorrer quando se trata de processos massivos de privatização.

Joseph Stiglitz cunhou um neologismo ácido para definir a onda privatista que avassalou as economias do Terceiro Mundo nos anos 80 e 90, “briberization”, um termo cujo significado se aproxima do de privataria. No caso português, a tutela externa e a dívida que o governo tem interesse em não renegociar, favorece vendas em saldo e, com isso, oportunidades de compensação especial em ganhos ilícitos para os que as tornam possíveis. Como a corrupção não tem uma capacidade infinita de inovação, é de prever que muito do que se passou no Brasil se esteja a passar em Portugal. É preocupante que alguns nomes conhecidos da corrupção do Brasil, alguns já condenados, surjam nas notícias das privatizações em Portugal.

A privataria ocorre por via da articulação entre dois mundos: o mundo das privatizações: conseguir condições particularmente favoráveis aos investidores; e o sub-mundo da corrupção: lavar o dinheiro das comissões ilegais recebidas. No que respeita ao primeiro mundo, alguns dos tratamentos da privataria incluem: criar na opinião pública imagens negativas sobre a gestão ou o valor das empresas estatais; fazer investimentos ou subir os preços dos serviços antes dos leilões; absorver dívidas para tornar as empresas mais atrativas ou permitir que as dívidas sejam contabilizadas sem criteriosa definição do seu montante e condições; definir parâmetros que beneficiem o candidato que se pretende privilegiar e que idealmente o transformem em candidato único; passar ilegalmente informação estratégica com o mesmo objetivo; confiar em serviços de consultoria, fazendo vista grossa a possíveis conflitos de interesses; permitir que os compradores, em vez de trazerem capital próprio, contraiam empréstimos no exterior que acabarão por fazer crescer a dívida externa; permitir que fundos públicos sejam usados para alienar património público em favor de interesses privados.

O sub-mundo da corrupção reside na lavagem do dinheiro. Trata-se da transferência do dinheiro das comissões para paraísos fiscais mediante a criação de empresas offshores (de fato, nada mais do que caixas postais) onde os verdadeiros titulares das contas desaparecem sob o nome dos seus procuradores. Aí o dinheiro pausa, repousa e, depois de lavado, é repatriado para investimentos pessoais ou financiamento de partidos.

Boaventura de Sousa Santos é sociólogo e professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal).

